



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008384-61.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Humberto Donizete Murer**
 Requerido: **Banco Itaú Unibanco S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que na condição de correntista do réu emitiu cheque para pagamento a terceira pessoa, mas ele procedeu à sua devolução muito embora houvesse provisão de fundos para o respectivo pagamento.

Almeja ao ressarcimento dos danos materiais morais que suportou em razão disso.

Os documentos que instruíram a petição inicial prestigiam a versão do autor.

Deles, merece especial atenção o de fl. 15, consistente em extrato de movimentação da conta mantida pelo autor junto ao réu, porque consta dele a efetiva devolução do cheque em apreço (no valor de R\$ 800,00) a despeito da existência de provisão para sua compensação (R\$ 1.430,00).

Já o réu em sua contestação não refutou específica e concretamente os fatos articulados pelo autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Limitou-se a, de maneira genérica, arguir o desinteresse do autor em buscar atendimento administrativo para a solução da pendência, bem como que os fatos trazidos à colação seriam insuscetíveis de render ensejo a dano moral indenizável.

Quanto ao primeiro aspecto, mesmo que fosse verdadeiro o argumento isso não teria maior relevância porque o autor não estava obrigado a tentar resolver o problema junto ao réu antes de aforar a demanda.

Quanto ao segundo, não assiste razão ao réu porque a simples devolução do cheque é suficiente para configurar o dano moral passível de ressarcimento.

Ao analisar a Súmula nº 388 do Colendo Superior Tribunal de Justiça (“A simples devolução indevida de cheque caracteriza dano moral, independentemente de prova do prejuízo sofrido pela vítima”) o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já teve ocasião de assentar:

“Incide, in casu, a teoria do risco proveito, fundada na livre iniciativa¹⁰, que relega ao empreendedor, de modo exclusivo, o ônus da atividade econômica lucrativa explorada no mercado, tanto é que o eventual dever de indenizar surge independentemente da existência de culpa. É dizer: se os lucros não são divididos com os consumidores, os riscos também não podem ser. O dano, na espécie, é in re ipsa, que dispensa prova de maiores reflexos, patrimoniais ou morais.” (TJ-SP, Apelação nº 0000620-45.2012.8.26.0534, 24ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **FERREIRA DA CRUZ**, j. 20/08/2015).

Tal orientação aplica-se com justeza à hipótese vertente e nesse contexto é de rigor a condenação pleiteada, até porque o réu não se desincumbiu do ônus de comprovar que tinha respaldo à devolução do cheque patenteada a fl. 15.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Por fim, o autor faz jus ao ressarcimento dos danos materiais demonstrados a fls. 20/22.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor as quantias de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 66,26, acrescida de correção monetária, a partir do desembolso das somas que a compuseram, e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Caso o réu não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 15 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**